

“O caso, dizia Sherlock Holmes, enquanto fumávamos nossos charutos e conversávamos aquela noite em nossa casa de Baker Street, é um dos que nos forçam a raciocinar de trás pra frente, dos efeitos às causas”

Conan Doyle

O *Sofista* inicia com um diálogo introdutório que pretende estabelecer o assunto da conversação entre Sócrates, Theodoro, Theeteto e um personagem chamado de o Estrangeiro de Eléia, “companheiro tanto de Parmênides quanto de Zenão”<sup>1</sup>. Fica acordado que o tema do diálogo que se seguirá será acerca da definição de três figuras importantes da vida grega: o sofista, o político e o filósofo. Como sabemos, Platão não escreveu um diálogo dedicado à terceira parte da conversa, aquela onde a definição de filósofo seria investigada. No entanto, tanto a figura do sofista quanto a do político foram devidamente definidas em seus diálogos homônimos. Cabe, então, ao Estrangeiro a tentativa de definir corretamente o que é o sofista com o auxílio de um interlocutor para quem dirigirá suas perguntas. Sócrates propõe, e o Estrangeiro aceita, que este interlocutor seja o jovem Theeteto.

Após uma demonstração do método que usará para definir a figura do sofista (218d-221c), O Estrangeiro de Eléia parte para apresentação de suas definições. Seis definições são apresentadas nas seções iniciais do diálogo e recapituladas em 231c-e. A sétima definição, entretanto, leva ao gênero de produtor de imagens que ainda é dividido em arte da cópia (*eikastikh*)/e arte da semelhança (*fantastikh*), sendo que a primeira delas mantém as proporções do modelo que copia enquanto a segunda delas distorce as proporções.

É na discussão acerca da validade deste gênero que surgirá o problema da possibilidade do discurso falso. Acusado de produzir imagens, o sofista lançará mão de uma série de aporias relacionadas ao uso deste termo e à própria noção de imagem. É importante notar que desde a enunciação do problema é realizada a

---

<sup>1</sup>Ἐταῖρον δὲ τῶν ἀμφὶ Παρμενίδην καὶ Ζήνωνα [ἑταίρων] (216a 4).

assimilação entre o modo de ser das imagens, que mostram e parecem, sem realmente serem, e o modo de ser do discurso falso, que diz algo, sem dizer algo verdadeiro.

"É que realmente nos vemos frente a uma questão muito difícil; pois mostrar e parecer, sem ser, dizer algo sem, entretanto, dizer a verdade, são maneiras que trazem dificuldades, tanto hoje como ontem e sempre. Que modo encontrar para dizer que o falso é real, sem que, já ao proferi-lo, nos encontremos enredados em contradição." (236e)<sup>2</sup>

Tanto as imagens quanto os discursos falsos parecem possuir uma estranha relação com aquilo que pretendem representar. Ambos não são aquilo que representam, no entanto, claramente, **são** alguma coisa. Uma imagem de uma casa pode *parecer e mostrar* (φαίνεσθαι e δοκεῖν) muito bem uma casa sem, realmente, sê-la. No entanto, ninguém negaria que ela é alguma coisa: ela é, realmente e verdadeiramente, uma imagem. De maneira semelhante, um discurso falso descreve ou expressa uma situação, um fato, não um fato real, mas inegavelmente algum tipo de fato: **um fato falso**. A analogia só é completamente entendida se levarmos em conta a relação entre a imagem e o fato descrito pelo discurso falso. Assim como a imagens de um cão se caracteriza por **não ser** realmente um cão, o conteúdo de um discurso falso caracteriza-se por **não ser** realmente um fato. No entanto, ambos **são** realmente aquilo que são: uma imagem de algo e um fato falso. Como emblematicamente enuncia o Estrangeiro: "tal afirmação supõe ser o não ser."

Os comentadores da primeira metade do século XXI parecem concordar com o fato de que na seção dedicada à exposição das aporias relacionadas à noção de não-ser, Platão está tratando dos argumentos baseados no conceito de existência e na impossibilidade de referir-se a sujeitos inexistentes. Essa posição fica clara tanto nos comentários quanto nas traduções de autores como Cornford e

<sup>2</sup>236.d.9 - 237.a.1 ὄντων, ὡς μακάριε, ἐσμὲν ἐν παντάπασιν καὶ ἐπὶ σκευῆι. τὸ γὰρ φαίνεσθαι τούτου καὶ τὸ δοκεῖν, εἶναι δὲ μή, καὶ τὸ ἰεγεῖν μὲν αἴτια, α) ἡγήσθαι δὲ μή, πάντα ταῦτα/ ἐστὶ μὲν ἀπορίας ἀπὸ ἐν τῷ πρὸς γενεῶν χρόνῳ καὶ νῦν. ὁπῶς γὰρ εἰποῦντα χρῆναι γεγεῖν ἢ δοκεῖν ὄντων εἶναι, καὶ τούτου φεγγαμένον ἐπὶ ἀντιόλι οἰσθῆναι μή σὺν ἐκείνῳ, παντάπασιν, ὡς Ἐπειθῆτε, καὶ ἐπὶ οὐκ.

Guthrie que infalivelmente traduzem τὸ μὴ οἶν por “o não existente”. Tal como nas primeiras interpretações apresentadas no capítulo anterior, sobre o argumento de Parmênides, estes autores atribuem a Platão argumentos semelhantes àqueles dos paradoxos modernos sobre sujeitos inexistentes.<sup>3</sup> Por mais que no decorrer dos comentários Cornford pareça distanciar-se da questão dos sujeitos inexistentes, sua incessante tradução de τὸ μὴ οἶν por “o inexistente” torna pouco clara sua interpretação.<sup>4</sup> Além disso, governa o comentário destes autores, a assunção de que Platão, nesta seção inicial, está isolando o sentido existencial do verbo “ser” para desqualificar seu uso na fórmula τὸ μὴ οἶν. Toda a passagem 237b-239c estaria voltada para alegação de que “o não-ser” equivale a “o não existente” ou “a não-entidade absoluta” (*absolute nonentity*) e que tais palavras “não podem ser ditas sem cair-se em contradição.” (CORFORD,1958:208).

Em “*Plato On Not-being*” (OWEN,1970), recentemente o artigo mais influente acerca das aporias do não-ser, Owen critica estas interpretações já tradicionais e procura oferecer uma explicação baseada, sobretudo, nas noções de referência e predição. Para que tais noções sejam atribuídas ao argumento contido no *Sofista*, Owen sustentará as teses de que:

- I) Platão está lidando com usos incompletos do verbo εἶναι.
- II) O argumento não necessita do “isolamento de um verbo existencial”.

Em seu artigo, Owen concentra-se na defesa da tese II) deixando I) como uma assunção prévia ou como a conclusão imediata de II). Como veremos, a defesa de I) caberá a comentadores como Frede, Bostock, McDowell que dedicaram seus artigos às seções posteriores do diálogo onde é solucionado o problema da falsidade. Mas, para que o argumento sobre sujeitos inexistentes seja excluído da discussão, Owen tratará da passagem 237b7-239c8.

<sup>3</sup> Ver página: 17, (Cf. Quine, 1953).

<sup>4</sup> Por exemplo, no comentário para linha 241b, em que Cornford parece tratar indistintamente a questão dos sujeitos inexistentes e a questão acerca dos estados-de-coisas representados por sentenças falsas. (Cornford, 1952:214)

Segundo Owen, a seção começa tratando o problema na sua forma tradicional: 237b7-e7 tem como objetivo demonstrar que “o que não é” equivale a nada, portanto, falar o que não é = falar nada = não falar. Conclui-se que, se falar falsamente é falar o que não é, não há tal fala falsa.” (OWEN,1970:432) Somente esta primeira parte estaria relacionada a questão dos sujeitos inexistentes e faria uso da equação “não-ser” = “o não existente” = “nada”.<sup>5</sup>

Logo após (238a1-c11), o Estrangeiro baseia-se no fato de que para mencionarmos ou pensarmos em algo, necessariamente, atribuímos alguma propriedade a esta coisa. O exemplo usado pelo Estrangeiro é o numero, como categoria gramatical: se mencionarmos algo, devemos lhe atribuir ou bem a unidade, ou bem a multiplicidade, ou bem a dualidade, no caso da língua grega que possui o dual para artigos e nomes. Sendo assim, ao mencionarmos ou pensarmos em ‘o não-ser’ estamos, necessariamente, atribuindo-lhe a unidade, o que parece contraditório, tendo em vista que o “não-ser” não deve possuir qualquer tipo de atributos. Owen afirma que esta passagem pode ser vista como contendo um argumento independente da passagem anterior, mas ainda reafirmando a equação: “o que não é” = “nada”.

Somente quando é deduzido que “o que não é” não nos possibilita sequer um atributo para mencionarmos, sendo, portanto, impronunciável (238b6-c10), é que “o problema é convertido em um problema sobre referência.” (OWEN, 1970:434) Nesta passagem e na passagem subsequente (238d1-239c8), o Estrangeiro estaria rejeitando a noção de um objeto sem qualquer determinação, isto é: negando a possibilidade de algum objeto (x) ao qual nenhuma propriedade F possa ser aplicada. Ao localizar a fonte dos problemas na impossibilidade de conceber algo para o qual nenhum predicado pode ser atribuído, Platão dá adeus ao antigo problema acerca dos sujeitos inexistentes e passa a analisar a equação “o que não é” = “nada” como introduzindo um erro acerca da negação e não acerca do sentido existencial do verbo “ser”.

Owen conclui que sua exposição desta seção do diálogo “prova que é possível criar *puzzles* sobre o Nada sem confundi-los com *puzzles* sobre o não-existente.” E, ainda, “mostra que a questão do *Sofista* traz estes *puzzles* para

---

<sup>5</sup> Segundo Owen, trata-se de uma referência a antigos problemas citados em diálogos como Theeteto e Eutidemo.

discussão, de maneira a levar naturalmente ao estudo da sintaxe sujeito-predicado e do “... é ... conectivo”.<sup>6</sup>” (OWEN,1970:437)

No restante do seu artigo, Owen procura reafirmar suas teses, principalmente atacando as interpretações tradicionais fundamentadas na noção de existência. Eventualmente, Owen atribui análises para sentenças localizadas nas seções destinadas à solução do problema da falsidade (255-264). No entanto, sua argumentação está mais focada em desqualificar seus opositores do que oferecer uma análise pormenorizada do texto platônico. Sua posição, entretanto, é bem claramente explicitada em afirmações do tipo: “O uso do verbo “ser” no qual o Estrangeiro apóia suas conclusões é o uso conectivo<sup>7</sup>, distribuído entre identidade e predicação.” (OWEN, 1970:443)

A análise passo-a-passo das passagens dedicadas à solução do problema foi realizada em diversos artigos que se seguiram e que endossam as principais teses de Owen. Os comentadores que serão expostos a seguir, na sua grande maioria, nem ao menos mencionam o sentido existencial como uma possibilidade interpretativa e todos, sem exceção, procuram realizar a tarefa deixada por Owen, a saber: oferecer uma interpretação para a solução do problema baseada nos usos incompletos do verbo “ser”.

---

<sup>6</sup> A fórmula: “ ‘... é ...’ conectivo”, claramente, significa a forma incompleta do verbo “ser”.

<sup>7</sup> Incompleto, na nossa terminologia.

## 4.1

## A Análise do Problema da Falsidade.

Os comentadores divergem acerca de como deve ser feita esta análise e até mesmo se Platão foi bem sucedido em sua tentativa. A passagem crucial se estende de 255 até 264, quando o Estrangeiro demonstra a falsidade da sentença "Theeteto está voando". Tradicionalmente, esta parte do diálogo tem sido dividida da seguinte forma:

A primeira passagem vai de 255e8 a 257a12, e inicia-se com os interlocutores concordando que as formas se encontram em relações umas com as outras. Sendo que, enquanto umas se prestam a uma comunidade mútua, outras não estão relacionadas entre si. Tendo sido estabelecido isto, o Estrangeiro apresenta as relações possíveis entre os cinco gêneros supremos: "ser", "o outro", "o mesmo", "o repouso" e "o movimento". E estabelece que cada forma não é cada uma das outras (movimento não é repouso, não é o mesmo, não é o outro, não é o ser), devido a sua relação com "o outro". A conclusão que chega o estrangeiro é que “Acerca de cada forma “o que é” (τὸ ὄν) é muito e “o que não é” (τὸ μὴ ὄν) ilimitado”

Existe certo consenso, por parte dos comentadores, em analisar as ocorrências do verbo “ser” presentes nesta passagem como identidade: dizer que movimento não é repouso equivale a dizer que movimento não é idêntico ao repouso, ou seja, é outro que o repouso.

A segunda passagem se estende de 257b1 a 258c5. Aqui o Estrangeiro nota que, ao dizermos que algo não é grande, não estamos nos referindo necessariamente ao pequeno, isto é: o oposto do grande, mas a alguma coisa de diferente. E que a forma do “outro”, quando aplicada a cada coisa, possui um nome próprio. O “outro” aplicado ao belo, por exemplo, é o não-belo.

Há uma predisposição por parte dos comentadores em analisar esta ocorrência do verbo “ser” como envolvendo predicação negativa. E, segundo a grande maioria dos comentadores, esta é a análise do verbo “ser” necessária para resolver o problema da falsidade.

As dificuldades começam quando, ao anunciar a solução do problema da falsidade (em 263b11), o Estrangeiro faz referência à primeira das duas passagens, aquela em que são expostas as relações entre os gêneros supremos e onde os comentadores vêem apenas não identidade. Como explicar tal fato?

A referência parece bastante clara e já é reconhecida, ao menos, desde Cornford, para quem Platão está “invocando as Formas e usando os resultados da seção sobre as combinações”(isto é: 255-257), para obter o sentido da sentença falsa. (CORNFORD,1952:316) Vejamos as duas sentenças lado a lado para que possamos analisar melhor a relação entre elas:

I) Em 256e 5 temos: *Peri ekaston aīra twh eidwh pol ul meh estī tol oīh, apeiron del pl hēi tol mh\ oīh.*

“Acerca de cada forma “o que é” (tol oīh) [isso] é muito e “o que não é”(tol mh\ oīh) [isso] ilimitado”<sup>8</sup>

O acréscimo do pronome demonstrativo como complemento ao verbo “ser” tem como objetivo explicitar que nesta passagem o verbo é entendido sintaticamente como incompleto e semanticamente como uma predicação de identidade.

II) Já em 263b 11, temos: *pol l a\ meh gar efamen oīta peri ekaston einai; pou, pol l a\ del ouk oīta.*

“Dizíamos que no caso de cada (coisa) há muitas (coisas) que são e muitas que não são.”<sup>9</sup>

Entendendo predicativamente as ocorrências do verbo “ser”, isto seria dizer: No caso de cada coisa (incluindo Theeteto) há muitas coisas que são (por exemplo: sentado) e muitas que não são (por exemplo: voando). No entanto, analisando 263b11 desta maneira, nós a tornamos consideravelmente distinta da primeira passagem em dois pontos. Primeiro, enquanto em 256 o quantificador universal (*ekaston*) aplica-se às formas (*twh eidwh*), em 263 estamos

<sup>8</sup> Apresento, primeiramente, a tradução de McDowell (1982).

<sup>9</sup> A presença da palavra *efamen* (imperfeito ativo do verbo *φημί*, na 1ª pessoa do plural - dizíamos) indica que trata-se de uma referência a algum resultado obtido anteriormente. E não parece haver comentador que considere outra passagem senão 256e5 como a passagem em questão.

aplicando-o a Theeteto. Em segundo lugar, enquanto em 256 a parte negativa da generalização só cobria casos de negação de identidade, em 263 estamos estendendo para predicação negativa. Ambas as modificações foram notadas por McDowell (MCDOWELL,1982,: 123-124).

Como podemos incorporar estas modificações de maneira a oferecer uma interpretação desejável? Esta interpretação deve dar conta do fato de que, aparentemente, a passagem na qual está fundamentada a possibilidade de discursos falsos trata apenas das relações possíveis entre as formas e conclui que cada forma é, e não é, cada uma das outras. Dentre as soluções propostas, podemos reconhecer três grupos:

1)aqueles que explicam a referência à primeira das duas passagens pela incapacidade de Platão de reconhecer a diferença entre estes dois usos do verbo “ser”. De tal forma que, ao introduzir a predicação negativa em 257b1-258c5, a passagem acerca do não-belo, Platão não se dá conta de que, só a partir daí, está usando a noção necessária para capturar o sofista. (BOSTOCK,1984), (OWEN,1970)

2)aqueles que acreditam que a primeira passagem também pode ser analisada em termos de predicação negativa. (ACKRILL,1957) (FREDE,1992), (MCDOWELL,1982),

3)aqueles que acreditam não haver, definitivamente, predicação negativa em nenhuma das duas passagens. (ECK,1994)

Dentre estes três grupos de comentadores, os dois primeiros são, sem sombra de dúvida, mais reconhecidos. E grande parte dos trabalhos escritos sobre este assunto toma como ponto de partida aquilo que estes dois grupos tem em comum: a opinião de que é através da análise do verbo “ser” como **predicação negativa** que Platão fornece sua solução para o problema da falsidade. Ora, para que uma solução do problema seja apresentada através da predicação negativa, é preciso que a falsidade de sentenças do tipo “Sócrates é belo.” seja corretamente analisada através da sentença “Sócrates não é belo”.

Definitivamente, não tem se mostrado muito fácil relacionar estas duas passagens e ainda oferecer uma solução satisfatória para o problema. O desafio maior parece estar na maneira de relacionar a passagem acerca da relação entre as formas (255e8-257a12) e a passagem acerca do não-belo, de tal forma que a citação da primeira passagem na solução do problema torne-se natural. Como a

primeira passagem se refere apenas a predicacões de identidade, espera-se que a análise de predicacões negativas do tipo “Sócrates não é belo”, apresentada em 257b1-258c5 e supostamente necessária para a soluçao do problema, seja realizada através da noçao de diferenca, isto é: não identidade. Caso esta análise possa ser extraída do texto, a relaçaõ entre a primeira e a segunda passagem estaria corretamente estabelecida e a citaçao de 256 durante a soluçao do problema estaria justificada. No entanto, a sentença obviamente não pode ser entendida como “Sócrates é diferente do Belo (forma)”, o que seria o primeiro candidato, tendo em vista que a primeira passagem trata da não-identidade entre formas. Helena, que sem dúvida é bela, também é diferente da forma do Belo, de fato, tudo que é belo é diferente da forma do Belo.

Alguns comentadores tentaram oferecer uma interpretaçao com base na noçao de incompatibilidade entre formas. Primeiramente Cornford, que acredita que “o não belo” em questao não pode ser entendido como uma forma, pois o caráter negativo que esta forma teria, não seria condizente com a noçao de idéia platônica. Ao invés desta forma negativa de Não-Belo, Cornford propõe que entendamos “o não belo” como “o nome coletivo de todas as Formas outras que o Belo.” (CORNFORD,1952,p.:293)

A criaçao deste conjunto foi criticada por Sayre que propõe em seu lugar um conjunto formado pelas Formas relacionadas com Belo “de tal maneira que juntas elas constituem um conjunto exaustivo e exclusivo. A Forma não-Sentado, por exemplo, consta de Andar, Correr, Saltar, Estar de Pé, assim por diante (...).” (SAYRE,1979) Desta maneira, entenderíamos “Sócrates não é belo” como “Sócrates participa de alguma coisa que é incompatível com o Belo”. No entanto, tanto a interpretaçao de Cornford, quanto a reformulaçao *ad hoc* feita por Sayre possuem problemas. Além destas interpretaçoes traduzirem as ocorrências de ἄλλο<sup>10</sup> e ἕτερον<sup>11</sup> em 256-258 por “incompatível”, elas incorporam a noçao de incompatibilidade entre formas ou conjuntos de formas à discussao, coisa que dificilmente pode ser extraída do texto platônico. Apesar destes problemas, esta leitura da passagem torna-se incapaz de explicar a referênci a primeira

<sup>10</sup> Ocorrências de ἄλλο em 256-258 (256c6, 257d11, 257e2), onde seu significado, segundo tal linha interpretativa, deve ser “incompatível”.

<sup>11</sup> Ocorrências de ἕτερον (255e10, 256a4), onde seu significado, segundo tal linha interpretativa, deve ser “incompatível”.

passagem (255 a 257), onde não há nada sobre incompatibilidade, ou conjunto de formas.

A dificuldade de explicar o uso de vários sentidos do verbo “ser” durante o desenvolvimento da questão acerca da falsidade, levou alguns a considerar que Platão, simplesmente, não estava ciente das diferenças de uso do verbo. O que teria levado a inconsistências no tratamento da questão. (cf.BOSTOCK,1984)

Outro grupo de comentadores ofereceu interpretações que livram Platão de falácias e inconsistências, no entanto, não parece nada fácil explicar porque o Estrangeiro passa de um uso do verbo “ser” a outro sem nenhum aviso. Frede em *Plato's Sophist on false statements* (FREDE,1992), parte da assunção de que Platão entende os dois casos como exemplos de um único uso do verbo “ser”. Sua argumentação apóia-se em 258a7-8<sup>12</sup> onde, ao explicar que o “não-ser” é um ser dentre os outros seres, o Estrangeiro “especifica *uma* natureza do “outro” (ἡ θατέρου φύσις) supostamente envolvida em todos os casos de “não-ser” que estivemos considerando.” (FREDE,1992:408) E ainda conclui, a partir disto, que Platão não pode pretender solucionar o problema da falsidade distinguindo a predicação negativa da negação de identidade. Temos que assumir, portanto, conclui Frede, que há somente um sentido de “ser” envolvido tanto em “movimento não é repouso” quanto em “Theeteto não é (está) voando” [Theeteto is not flying] (FREDE,p.:408). Ao assumirmos que Platão está lidando com uma única interpretação do verbo “ser” podemos explicar a relação entre estas duas passagens, que usualmente consideraríamos como oferecendo duas análises diferentes do verbo, sem implicar com isso nenhuma confusão por parte de Platão.

Frede, como já foi dito, argumenta que a primeira passagem também pode ser entendida como contendo aquilo que chamamos casos de predicação negativa. Para que tal interpretação seja mantida é preciso que se entenda a análise de Platão para sentenças do tipo “X não é Y” – no caso de X e Y serem diferentes - não como uma negação de identidade, mas como “atribuindo não ser a X”, ou seja, como negando a predicação de Y a X. Além disso, devemos supor que Platão entende “O Pequeno não é o Grande<sup>13</sup>” da mesma maneira como entende “Isso

---

<sup>12</sup> Καὶ τᾶλλα δὴ ταύτη λέξομεν, ἐπειπερ ἡ θατέρου φύσις ἐφάνη τῶν ὄντων οὔσα, “O mesmo diremos das outras coisas, pois a natureza do outro, como dizia, está entre os seres”

<sup>13</sup> O uso de maiúsculas em “Pequeno” e “Grande” indica que se tratam das formas Pequeno e Grande, e não os objetos pequenos e grandes, com os quais temos contato no nosso dia a dia.

(uma coisa pequena) não é grande”, tendo em vista a mudança do campo de aplicação do quantificador entre a primeira e a segunda passagem. Pois, enquanto a primeira passagem trata da relação entre as formas, a segunda fala sobre Theeteto, que certamente não é uma forma. Frede também pretende solucionar esta diferença e oferece uma única análise para ambos os casos, respectivamente: “O Pequeno é diferente do que é grande” e “Isso (uma determinada coisa pequena) é diferente do que é grande.”

Oferecendo uma interpretação que encontra paralelos onde aparentemente não há algum, Frede pode explicar a referência à primeira passagem como algo natural, tendo em vista que para ele, durante toda esta parte do diálogo, Platão está fazendo uso do que acredita ser um único sentido do verbo “ser”<sup>14</sup>. Mesmo assim, Frede acha intrigante que a solução do problema faça referência à passagem que “não nos causa inquietação” se estamos preocupados com o problema da falsidade. (FREDE,p.:411)

A fraqueza da interpretação de Frede está no fato de que, para aproximar as passagens e oferecer uma análise unificada das ocorrências do verbo “ser”, são necessários muitos acréscimos àquilo que de fato está presente no texto. Eck, em *Falsity Without Negative Predication on Sophistes 255e-263d*, (ECK,1995,p.:23) critica a interpretação de Frede com base em dois argumentos:

I) “A partir do fato de que somente uma natureza do “não ser” é especificada em 258a7 nada se segue acerca da questão se, acaso, um ou mais sentidos de “não é” estão envolvidos em sentenças de não identidade e predicação negativa.” (ECK,1995,p.:23)

II) Frede oferece um argumento incompreensível ao concluir, a partir do fato de que Platão não identifica “o não ser” com “o diferente”, mas com “uma parte do diferente”, que a sentença “o pequeno não é o grande” não deve ser entendido como negando identidade entre formas.

Com relação a I), concordamos com Eck no ponto que nada acerca da relação entre predicação negativa e predicação de identidade se segue do fato de que Platão, aparentemente, está entendendo toda sua abordagem da questão como contendo um só uso do verbo “ser”. No entanto, parece-nos válida a tentativa, por parte de Frede, de oferecer uma interpretação que aproxime as passagens em

<sup>14</sup> Explicitado por Frede através da análise: “X é diferente do que é F”. Supostamente válida tanto para X não-é F, quanto para a falsidade de X é F.

questão. De fato, nada acerca da “predicação negativa” ou da “negação de identidade”, tal como nós as compreendemos, se segue do que quer que Platão entenda acerca do verbo “ser”. No entanto, nossos esforços estão voltados para compreender o que Platão entendeu acerca do problema da falsidade e como pretendeu resolvê-lo, e não oferecer teorias lingüísticas acerca dos usos do verbo “ser”. Se Platão só vê um uso do verbo por toda a passagem, então nossa interpretação do diálogo deve partir deste fato, e nossas categorias de análises do verbo “ser” só nos serão úteis na medida em que nos ajudem a compreender o projeto platônico.

A segunda crítica oferecida por Eck é muito mais ofensiva e efetiva. Eck volta-se contra o fato de que Frede, a partir da mera afirmação de que o “não-ser” corresponde a “uma parte do diferente”, atribui uma teoria acerca da relação entre classes e subclasses de coisas. Para atribuir a análise que deseja à sentença “o pequeno não é grande” – como vimos: “o pequeno é diferente do que é grande” – Frede afirma que Platão, ao falar do “grande” e do “pequeno”, refere-se às classes de coisas que são grandes e pequenas. Toda a passagem 257b1 – 258c4 estaria voltada para o esclarecimento de que a classe de coisas pequenas é uma subclasse da classe das coisas diferentes do que é grande. Além de notar que este tipo de análise distancia-se muito do que temos no texto, Eck rejeita esta interpretação com base na analogia entre as partes do “diferente” e as partes do conhecimento estabelecida em 257c7-d5<sup>15</sup>. Como o conhecimento não foi “parcelado em coisas (pessoas) que conhecem – físicos, arquitetos –, nem em coisas conhecidas, nós não temos razões para supor que diferença de X (sendo isso uma parte do diferente) seja parcelada em subconjuntos de classes de coisas que são diferentes das coisas X” (ECK, 1994 p.:24).

<sup>15</sup> {ΞΕ.} Ἡ θατέρου μοι φύσις φαίνεται κατακεκερματισθαι  
καθάπερ ἐπιστήμη.

{ΘΕΑΙ.} Πῶς;

{ΞΕ.} Μία μὲν ἐστὶ που καὶ ἐκείνη, τὸ δ' ἐπὶ τῷ γιγνώ-  
μενον μέρος αὐτῆς ἕκαστον ἀφορισθὲν ἐπωνυμίαν ἴσχει τινὰ  
ἑαυτῆς ἰδίαν· διὸ πολλαὶ τέχναι τ' εἰσὶ λεγόμεναι καὶ  
ἐπιστήμαι.

{ΘΕΑΙ.} Πάνυ μὲν οὖν.

{ΞΕ.} Οὐκοῦν καὶ τὰ τῆς θατέρου φύσεως μόρια μιᾶς  
οὔσης ταυτὸν πέπονθε τοῦτο.

Há, portanto, uma mudança implicada na interpretação de Frede para toda parte central do diálogo. Ela implica a mudança, por parte de Platão, de sentenças onde as propriedades são tratadas nominalmente – o grande, no sentido de a forma do Grande – para sentenças onde a propriedade é usada para referir-se às coisas que possuem esta propriedade: o que quer que seja grande. Mesmo que seja possível entender as passagens como contendo esta mudança, parece estranho que Platão passe de um uso a outro sem a menor cerimônia. Principalmente tendo em vista que a distinção entre as coisas que possuem determinada propriedade e a propriedade ela-mesma (*kata/ auto*) é bastante comum em diálogos anteriores, sendo inclusive essencialmente ligada à formulação da teoria das idéias (cf. Fédon 103b).

A passagem onde esta mudança de função de termos como “o não grande” e “o não ser” torna-se mais problemática é 258c2-3:

οὐτῶ δὲ καὶ τὸ μὴ οὐ κατα ταυτοῦ ἢ τε καὶ ἐστὶ μὴ οὐ, ἐναριθμὸν τῶν πολλῶν οὐτῶν εἶδῶν ἐν;<sup>16</sup>

Como em toda passagem precedente (257b1-258) os usos de termos como “o não belo” e “o não ser” são entendidos, por Frede, como significando: “as coisas que não são grandes”, “as coisas que são não ser”, o surgimento desta ocorrência onde o não ser (*τὸ μὴ οὐ*) é caracterizado como “uma [forma] dentre as muitas formas (*εἶδῶν*) que são” torna-se particularmente inexplicável. Bostock (BOSTOCK, 1985) acredita que a passagem oferece as duas análises. A primeira ocorrência seria “não ser era e é não ser” e ofereceria um uso predicativo (x não-é F, no sentido de que não possui o predicado F). A segunda parte da sentença repetiria a expressão “o não ser” como sujeito, mas agora com uma função nominal: “[o Não ser], uma dentre as muitas formas que são.”

Além do fato desta análise oferecer duas interpretações para uma mesma ocorrência do termo “o não ser”, ela não pode explicar a falta de parcimônia, por parte de Platão, ao mudar de uma análise para outra sem a menor indicação de que estamos, a cada momento, nos referindo a coisas diferentes. Simplesmente, não podemos admitir que Platão não esteja a par da diferença de uso. Afinal, o que teria acontecido entre o Fédon e o Sofista? Não podemos aceitar que Platão ignora

<sup>16</sup> “Dessa maneira, “o não ser”, nele mesmo, era e é não ser, uma dentre as muitas formas que são.”

uma distinção tão essencial quanto esta, principalmente se considerarmos que foi o próprio Platão quem apresentou esta diferença, em seus diálogos anteriores.

Sem querer me deter demasiadamente nos problemas textuais, que não são poucos, decorrentes de uma interpretação da questão da falsidade através da predicação negativa. Apresentaremos o argumento de Mcdowell (MCDOWELL1982) com o qual pretendemos demonstrar que mesmo uma análise correta da predicação negativa, não soluciona o problema da falsidade no discurso, tal como nós o caracterizamos.

## 4.2

## A Insuficiência da Predicação Negativa para Solucionar o Problema da Falsidade.

Mcdowell elabora uma resposta por parte do sofista bastante razoável. O sofista diria:

“Atributos, como voando, não são o tipo de coisa que eu considerei que uma descrição da falsidade deveria representar como não ser. E não foi no sentido por você explorado – não ser em relação a alguma coisa -, mas precisamente no sentido que você concorda ser problemático – não ser nada – que eu considerei que uma descrição de falsidade teria que representar meus estados de coisas, como não ser. Você não demonstrou que a descrição de falsidade que eu achei problemática não é necessária, ditada pela natureza do conceito de falsidade; e você certamente não mostrou que ela não é problemática.” (MCDOWELL, 1982; p:128)

Mcdowell parece notar que oferecer uma explicação acerca da predicação negativa em nada tem a ver com a questão acerca da existência de “estados de coisas” ou situações representadas por sentenças falsas. Mcdowell concorda que o tratamento oferecido pelo Estrangeiro acerca da falsidade de “Theeteto é (está) voando” é realizado através da predicação negativa, ou em suas palavras, consiste na “atribuição do que não é ao seu sujeito, em que *voando* não está em relação com Theeteto”. No entanto, afirma Mcdowell, “se o problema for aquele acerca de *situações* ou *estados de coisas* exposto anteriormente, esta resposta (...) parece irrelevante.” (MCDOWELL, 1982; p:127)

O problema acerca de situações ou estados de coisas ao qual Mcdowell se refere é entendido da seguinte maneira: como é possível referir-se a algum fato falso, se todo fato falso absolutamente não é, e, portanto, não pode ser dito. Ou usando o exemplo de Wittgenstein: "Como pode alguém pensar aquilo que não é o caso? Se eu penso que o King's College está em chamas quando ele não está, o fato dele estar em chamas não existe. Então como eu posso pensar nisto?" (Brown Book, *apud* FERREIRA)

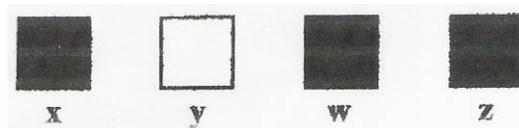
Um exemplo talvez esclareça melhor o problema. Estamos assumindo que as formas são entendidas, por Platão, como os verdadeiros referentes da nossa linguagem. Sendo assim, o sentido das sentenças é dado através da referência a

estas formas. Em uma teoria da linguagem como esta, o sentido de uma dada sentença depende unicamente do fato a que se refere. Portanto, duas sentenças que se refiram ao mesmo fato terão o mesmo significado.

Exemplo 1:

Sintaxe: Existem somente 16 proposições **XB, XP, YB, YP, WB, WP, ZB, ZP, ~XB, ~XP, ~YB, ~YP, ~WB, ~WP, ~ZB, ~ZP**. As oito primeiras são exemplos de predicação positiva (X é Y), e as outras oito de predicação negativa (X não é Y)

Ontologia:



Se considerarmos X, Y, W e Z como os nomes dos quadrados e P e B como preto e branco respectivamente, teremos uma correspondência natural entre fatos e sentenças. Por exemplo, as sentenças afirmativas XP, YB, WP, ZP são dotadas de sentido e verdadeiras. No entanto, as sentenças XB, YP, WB e ZB, por não possuírem referente, são desprovidas de sentido e, portanto, não são nem falsas nem verdadeiras.

Em tais modelos de linguagem, não é possível formular sentenças falsas, pois, tais proposições são desprovidas de sentido e, portanto, não são legítimas proposições. Mesmos os autores que negam que Platão esteja tratando de questões de existência parecem adotar este mesmo tipo de explicação para o problema do falso, parece ser o caso de Frede, Eck, Bostock, entre outros.

Podemos compreender o argumento de McDowell da seguinte maneira: Dada nossa caracterização do problema, por mais que seja oferecida uma interpretação correta da relação entre sentenças falsas positivas do tipo XB e sentenças verdadeiras negativas ( $\sim$ XB), isso em nada ajuda a solucionar o problema da carência de referência para estas sentenças. Como o problema está na carência de uma entidade passível de ser representada pela sentença falsas, isto é: um item da ontologia que sirva de referência para sentença XB, uma equivalência sintática não pode oferecer uma solução satisfatória, a não ser que a sentença negativa verdadeira possuísse um referente, o que não é o caso.

De fato, ao solucionarmos o problema da falta de referência para sentenças falsas, solucionaremos também o problema das sentenças negativas, mas nada nos leva a crer que a questão necessita ser tratada por intermédio das sentenças negativas. E mais, caso a predicação negativa tenha algum papel no argumento, seu papel tem, necessariamente, que ser secundário, posto que o reconhecimento da equivalência entre sentenças *falsas* (XB) e sua equivalente negativa *verdadeira* ( $\sim$ XB), não soluciona, nem pode solucionar a questão.

Em seu artigo, McDowell conclui que o projeto platônico não pretende solucionar a questão acerca da existência dos estados de coisas expressos por sentenças falsas. Sua análise do “não ser” estaria ligada à realização de um projeto menos ambicioso, se limitaria a esclarecer um engano com relação ao uso da negação. O centro da argumentação contida no Sofista consistiria em demonstrar que “não ser x” não deve ser confundido com “não ser nada”, “ser o contrário do ser”, com a negação operando diretamente sobre o verbo “ser” e, portanto, anulando a possibilidade de qualquer complemento para a predicação. O engano parmenídico consistiria em não conseguir compreender “não é” como algo além do sinônimo de “o contrário de ser”. Desta forma, dado o engano com relação à negação, quando tentamos capturar a falsidade de “Theeteto é (esta) voando”, dizendo que esta sentença atribui o que *não é* a Theeteto, estamos, inevitavelmente, falando algo sem sentido.

Solucionado este engano, o Estrangeiro pode usar a própria caracterização de falsidade que havia se mostrado problemática: uma sentença falsa representa o que não é, como sendo, ou o que é como não sendo. Com o erro acerca da negação solucionado, esta é uma caracterização da falsidade perfeitamente válida. No entanto, não tem nada a ver o com o problema acerca da existência de estados de coisas representados por sentenças falsas, tal como expresso por Wittgenstein acima.

## 4.3

O *Sofista* sem Predicação Negativa.

Apesar de concordarmos com o argumento de McDowell, que parece demonstrar a impossibilidade da resolução do problema por meio da predicação negativa, discordamos que o problema da falsidade contido no *sofista* seja outro que aquele acima apresentado.

A interpretação do diálogo em termos de predicação negativa e não identidade está, na verdade, fundada em uma noção bastante simplista acerca das ocorrências do verbo “ser” na língua grega.<sup>17</sup>

Como o uso existencial não se mostra, de maneira nenhuma, um bom candidato para compreensão do diálogo, tendo em vista, inclusive, o grande número de ocorrências incompletas do verbo (X é Y) na parte central, os comentadores predisõem-se a analisar o problema por meio da predicação negativa. De fato, boa parte dos comentadores mais recentes tomam como certa a posição exposta por Owen em seu artigo “*Plato on Not-Being*” (OWEN,1970). Como vimos, a tese defendida por Owen é a de que o diálogo *Sofista* trata de problemas relacionados às noções de “referência e predicação, e ao usos incompletos do verbo ser”. E, ainda, que “o argumento não possui nem compele nenhum isolamento de um verbo existencial” Possuindo, em sua parte central, apenas ocorrências do verbo “ser” ligadas, semanticamente, ao uso predicativo (predicação e predicação de identidade) e, sintaticamente, entendidas com incompletas. (OWEN,1970:417)

Claramente, a posição de Owen assume o paralelo sintático-semântico defendido por Mill. Este paralelo levaria Owen a ver em todos os usos absolutos

---

<sup>17</sup> A análise do verbo “ser” foi, durante muito tempo, marcada pela dicotomia proposta por James Mill. Baseado na distinção sintática entre o uso absoluto e o uso predicativo do verbo, Mill propôs um paralelo semântico. Segundo ele, sempre que o verbo estivesse em uma construção completa – absoluta - (X é) seu significado seria *existir* e sempre que o verbo estivesse em uma construção incompleta – predicativa - (X é Y) seu valor seria o de uma cópula destituída de significado, sendo usado somente para respeitar a norma de que toda frase deve possuir um verbo finito. Somente a partir das descobertas introduzidas por Charles H. Kahn (KAHN,1997), esta dicotomia foi questionada e as análises do verbo “ser” grego tornaram-se mais complexas. Para maiores informações, consulte o primeiro capítulo.

do verbo “ser” (X é) uma construção existencial. No entanto, como sua tese parte do princípio de que a questão da existência não faz parte da temática central do diálogo, Owen caracteriza as ocorrências absolutas do verbo “ser” como construções incompletas elípticas, ou seja, um uso predicativo (X é Y) onde o objeto (Y) deve ser suprido pelo contexto da passagem.

Ora, que o diálogo *Sofista* trate de problemas relacionados à predicção e referência, é exatamente o que queremos se estamos dispostos a entender o problema do diálogo como aquele relacionado à possibilidade das sentenças falsas possuírem um estado-de-coisas ao qual se refiram. O fato de podermos formular este mesmo problema usando a palavra existência em: “o problema acerca da existência de estados-de-coisas representados por sentenças falsas”, não faz com que o problema esteja preso a alguma noção de existência. Muito menos que Platão tenha alguma teoria acerca do que entendemos por existência. Podemos, sem dúvida alguma, assumir como Owen que o diálogo não oferece nenhum tratamento acerca da noção de existência, e manter que o problema tratado é aquele acerca da carência de referência para sentenças falsas.

Quanto à análise sintática oferecida por Owen às ocorrências do verbo “ser” no diálogo, acreditamos que ela herda o caráter simplista da dicotomia proposta pro Mill, assim como incorre no mesmo engano acerca do paralelismo sintático-semântico. Lesley Brown (BROWN,1994) apresenta uma análise crítica das posições de Owen, onde expõe algumas fraquezas inerentes à análise sintática apresentada. Brown defende as seguintes teses com relação ao verbo “ser” grego:

I) a distinção entre dois usos sintaticamente bem delineados do verbo “ser”, a saber, o completo e o incompleto, não fornece uma boa caracterização para os usos deste verbo em grego antigo.

II) a maneira como o uso completo do verbo “ser” é definido por Owen não oferece uma boa caracterização para os usos deste verbo quando encontrado em sua forma absoluta (X é).

Para solucionar tal incapacidade dos métodos de análises estabelecidos, Brown propõe que entendamos o uso completo do verbo de forma diferente. Se, no lugar da definição tradicional do uso completo, a saber:

C1: um uso que não possui nem permite um complemento;  
adotarmos a seguinte definição:

C2: um uso onde não há complemento (explícito ou elidido), mas que *permite* um complemento.

Então, a relação entre o uso completo e incompleto do verbo se tornaria mais estreita. Entendendo as ocorrências do verbo “ser” grego como C2 aproximariamos sua análise daquela presente em verbos como “lecionar” e “comer”. Nestes verbos, apesar de uma ocorrência absoluta (Maria está lecionando) não possuir complemento, ela *permite* um complemento, isto é, não seria um absurdo perguntar “está lecionado o que?”. (BROWN,1994:54)

Segundo Brown, Owen caracteriza um uso completo do verbo “ser” grego como C1. Isso o teria levado a enganos com relação ao diálogo *Sofista*.

Brown sustenta que certas passagens centrais do diálogo onde o verbo “ser” ocorre em sua forma absoluta devem ser lidas como um uso completo e possuindo um sentido existencial. No entanto, sua nova caracterização do uso completo (C2) admite que estas ocorrências permitam um complemento mesmo que este complemento não seja oferecido pelo texto. Isto permitiria manter a interpretação existencial para certas passagens sem ter que discordar com Owen acerca do sentido geral da questão levantada no *Sofista*. Portanto, Brown nega a tese de Owen de que os usos do verbo “ser” contidos no diálogo sejam predominantemente incompletos, mas mantêm que o problema da falsidade está relacionado com as noções de predicação e referência.

Na seção de seu artigo dedicada à passagem 236-241, onde são expostos os paradoxos inerentes à noção de “não-ser”, Brown mantêm, como Owen, que o “não-ser” aí exposto, e equacionado com τὸ μὴ ὄν, “ὅ que absolutamente não é” (237b7) deve ser entendido como “aquilo para o qual nenhum F é F, ou seja, algo que não possui determinação alguma”(BROWN,1994:60). No entanto, Brown sustenta que esta posição é compatível com a tradução de “τὸ μὴ ὄν” por “não existente”. Como sua caracterização do uso completo do verbo “ser” aproxima-o do uso predicativo, Brown pode sustentar teses que para Owen seriam excludentes, a saber: (i) que o não ser aí exposto deve ser entendido como aquilo que não possui nenhuma determinação, o que é “predicativamente nada” e (ii) representa um uso completo do verbo “ser”, devendo ser traduzido por “o não existente”.(BROWN,p:60)

A importância do artigo de Brown para nossa discussão está no fato de que ele, ao romper com a dicotomia na interpretação do verbo “ser”, vislumbra relações que podem dar unidade à discussão presente no Sofista sem, com isso, distanciar demasiadamente a interpretação oferecida daquilo que, de fato, há no texto. Além disso, Brown demonstra que os critérios de avaliação sintática usados por Owen, o levaram a posições facilmente atacáveis, tendo em vista que sua interpretação depende de uma correção constante do texto. Pois, sempre que há uma expressão do tipo (X é), Owen precisa encontrar um Y para formar (X é Y).

Brown, ao criticar Owen, nos fornece material para dar uma explicação para a importância dada à predicação negativa por autores como Frede, Mcdowell, Bostock, entre outros. Como estes autores seguem a linha interpretativa desenvolvida por Owen (tanto Frede, quanto Mcdowell citam Owen na introdução de seus artigos), eles descartam a noção de existência como fundamental e, tendo em vista que não vislumbram outra possibilidade, adotam a noção de predicação negativa como central para solução do problema.

Dada esta predisposição para entender o problema em termos de predicação negativa, os comentadores buscam uma passagem onde tal uso possa estar presente. Sem dúvida, se algum tratamento de predicação negativa pode ser encontrado no diálogo, este tratamento está em 257-258, a passagem do não-belo. No entanto, para que esta passagem assuma um papel principal, é necessário que ela, de alguma maneira, esteja coerentemente relacionada com a passagem anterior acerca da comunhão das formas, pois é esta que é citada pelo Estrangeiro ao solucionar o problema.

Caso tenhamos eliminado a predisposição em tratar a questão em termos de predicação negativa, a importância da segunda passagem torna-se secundária, pois, como reconhecem os comentadores, a citação de 256 em 263 parece indicar que nada de muito importante ocorreu neste intervalo. (MCDOWELL,1982,p.:123) Ficamos, portanto com a tarefa de fornecer uma análise de 256 na qual esta passagem ofereça o argumento essencial para solução do problema.

## 4.4

## O Uso Veritativo: uma Possível Solução.

Retornando ao nosso modelo, indicarei brevemente um caminho para uma análise de 256 que lhe o dê o papel principal na solução do problema da falsidade no discurso. Cada fato de nosso modelo representa uma união entre formas, o fato 1 representa a união entre a forma “x”, e a forma “preto” {X,P}. A introdução da forma do "outro" como equivalente ao não-ser (o caso) nos levaria a um novo fato {X,P,outro}. Desta maneira, o universo de nossa ontologia de fatos se estenderia da seguinte forma:

1 {x,p} 2 {x,b,o} 3 {x,y,o} 4 {x,w,o} 5 {x,z,o}  
 6 {y,b} 7 {y,p,o} 8 {y,w,o} 9 {y,z,o}  
 10 {w,p} 11 {w,b,o} ...

A união entre as formas “x”, “branco” e “outro”, que representa o fato 2 de nossa ontologia, seria o candidato adequado a referente para proposição falsa XB. Desta maneira, a questão da falsidade é resolvida muito simplesmente. Em nossa ontologia de fatos, acrescentamos contra-fatos, que servem de referente para proposições falsas. Como havíamos notado anteriormente, a solução do problema da falta de referente da proposição falsa XB, também soluciona o problema com relação à proposição verdadeira  $\sim$ XB. Pois, tendo as duas o mesmo significado, possuem o mesmo referente, o fato {X,B,O}.

Esta solução me parece aplicável ao texto de 255-256. Nesta passagem, o Estrangeiro estabelece as relações possíveis entre os gêneros supremos e chega a conclusões do tipo: “o movimento é o mesmo e não é o mesmo”. Isto estaria relacionado ao reconhecimento de dois conjuntos de formas: o conjunto {Movimento, Mesmo} referente para as sentenças onde é verdade dizer que “o movimento é o mesmo”, e o conjunto {Movimento, Mesmo, Outro} referente para sentenças onde é falso dizer “o movimento é o mesmo”. A análise da sentença “Theeteto está voando” seria : esta sentença é falsa porque Theeteto não está ligado ao conjunto de formas [Voando, Mesmo], mas sim ao conjunto [Voando,

Outro] e este é, exatamente, o mesmo motivo porque é verdadeiro afirmar que “Theeteto não está voando”. Tendo utilizado a forma “o outro” para estender sua ontologia, o Estrangeiro pode fazer a afirmação de 256b11:

Perii ekaston alra twh eidw h pol ul meh e sti to\ oh, a peiron de\ pl h qei to\ mh\ oh.

Uma tradução que ressalta a linha interpretativa aqui proposta seria:

“Acerca de cada forma “o que é” (to\ oh) é muito e “o que não é”(to\ mh\ oh) ilimitado”

Onde “o que é” diz respeito a todos os conjuntos de formas passíveis de servir de referência a uma sentença verdadeira e “o que não é” diz respeito aos conjuntos referentes às sentenças falsas. Note que nesta interpretação to\ oh e to\ mh\ oh são entendidos como usos completos do verbo, não carecendo, portanto, de complemento. Nesta passagem, o Estrangeiro constata que, no modelo de linguagem que está propondo, o número de contra-fatos é imensamente maior que o número de fatos.

Esta interpretação da passagem toma como fundamental a análise veritativa do verbo “ser”. A análise veritativa foi, primeiramente, proposta por Kahn e tem se mostrado bastante eficiente na solução de problemas de interpretação de natureza similar ao que estamos investigando.

Assim como no dito de Protágoras<sup>18</sup>, a passagem 256b11 do *Sofista* possui ocorrências absolutas do verbo “ser”. Podemos analisar estas ocorrências como um uso completo do tipo C2, aquele proposto por Brown, onde apesar de não haver complemento, o verbo permite uma complementação, ou seja, não é absurdo perguntar “é o caso que o que?”, ou em bom português: “o que é o caso?”. Como notou Kahn o uso veritativo está estreitamente ligado à forma predicativa, e isso nos permite manter o mesmo posicionamento de Owen e Brown, e muitos outros, acerca do problema central do *Sofista*.

De fato, o uso veritativo já está presente na formulação do problema acerca da validade dos estados de coisas correspondentes às sentenças falsas. Nas palavras do Estrangeiro de Eléia:

“É que realmente nos vemos frente a uma questão muito difícil; pois mostrar e parecer, sem ser, dizer algo sem, entretanto, dizer a verdade, são maneiras que trazem dificuldades, tanto hoje como ontem e sempre. Que modo encontrar para

<sup>18</sup> Ver página: 6

dizer que o falso é real, sem que, já ao proferi-lo, nos encontremos enredados em contradição.” (236d9-237a1)<sup>19</sup>.

---

<sup>19</sup> ὄντων, ὡς μακάριε, ἐσμὲν ἐν παντάπασιν καὶ ἐπὶ σκευῆι. τὸ γὰρ φαίνοσθαι τούτου καὶ τὸ δοκεῖν, εἶναι δὲ μή, καὶ τὸ εἶναι μὲν αἴτια, ἀλλ' ἠγῆται δὲ μή, παρὰ ταῦτα ἐστὶ μὲν ἀπορίαι ἀπὸ ἐπιποσῶν καὶ τῶν πρὸς γενεῶν καὶ νῦν. ὁπῶν γὰρ εἶποσθαι χρὴ γένεσθαι εἶναι ἡδὲ δοκεῖν ὄντων εἶναι, καὶ τούτου φεγγαμένον ἐναντιὸν ὄντων μὴ σκευῆι, παντάπασιν, ὡς φαίνοσθαι, καὶ ἐπὶ.